

**REGULAMENTO DE CONCURSOS ESPECIAIS DE ACESSO E INGRESSO
NO ENSINO SUPERIOR da ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIAS DE
FAFE - ESTF**

Titulares de um Diploma de Especialização Tecnológica

e

Titulares de um Diploma Técnico Superior Profissional

**CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

Artigo 1.º

Âmbito e periodicidade

1 - O presente regulamento disciplina as candidaturas de alunos titulares de um diploma de Especialização Tecnológica e de Diploma Técnico Superior Profissional aos cursos de Licenciatura da Escola Superior de Educação de Fafe, nomeadamente os requisitos de acesso, ciclos de estudos a que se podem candidatar, processo de inscrição, componentes de avaliação, nomeação do júri, estrutura e critérios de classificação das provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade dos detentores de um Diploma de Especialização Tecnológica e de Diploma Técnico Superior Profissional para a frequência dos cursos de licenciatura lecionados na Escola Superior de Tecnologias de Fafe, abaixo designada por ESTF.

2 – O concursos especial dos estudantes aprovados nas provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos, encontra-se disciplinado em regulamento específico da ESTF.

2 - As provas são realizadas anualmente.

Artigo 2.º

Requisitos de acesso

1 - Constituem requisitos cumulativos de acesso às Licenciaturas da ESTF por parte dos candidatos titulares de um Diploma de Especialização Tecnológica:

- i. a titularidade de um Diploma de Especialização Tecnológica considerado adequado para prosseguimento de estudos na licenciatura a que se candidata, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 3.º deste regulamento; e
- ii. classificação de aprovado nas provas de ingresso específicas para acesso aos cursos de licenciatura da ESTF nas condições tipificadas pelo presente Regulamento.

2 - Constituem requisitos cumulativos de acesso às Licenciaturas da ESTF por parte dos candidatos titulares de Diploma Técnico Superior Profissional:

- i. a titularidade de um Diploma Técnico Superior Profissional considerado adequado para prosseguimento de estudos na licenciatura a que se candidata; e
- ii. classificação de aprovado nas provas de ingresso específicas para acesso aos cursos de licenciatura da ESTF nas condições tipificadas pelo presente Regulamento.

3 - Os candidatos titulares de um Diploma Técnico Superior Profissional que realizaram na ESTF unidades curriculares consideradas equivalentes às provas específicas de ingresso encontram-se dispensados da sua realização.

CAPÍTULO II

Diplomas de Especialização Tecnológica

Artigo 3.º

Adequabilidade dos diplomas de especialização tecnológica aos ciclos de estudos da ESTF

1 - São candidatos às licenciaturas em funcionamento na ESTF os titulares de diplomas de especialização tecnológica.

2 - A adequabilidade dos currículos dos cursos de especialização tecnológica ao ingresso no ciclo de estudos dos candidatos provenientes das diversas áreas é decidida pelo Conselho Técnico-Científico da ESTF, tendo em atenção a especificidade de cada caso, após parecer do coordenador de Curso pretendido pelo candidato.

3 - O estudante que pretenda candidatar-se a um ciclo de estudos de licenciatura da ESTF está condicionado à obtenção de aprovação numa prova de ingresso específica, que visa avaliar a sua capacidade para a frequência do ciclo de estudos em que pretende ingressar.

CAPÍTULO III

Provas de ingresso específicas para os ciclos de estudo por parte de titulares de Diploma de Especialização tecnológica e Titulares de Diploma Técnico Superior Profissional

Artigo 4.º

Efeitos e Validade das provas

- 1 - A aprovação nas provas para o acesso ao ensino superior produz efeitos para a candidatura ao ingresso nos cursos de licenciatura que compõem a oferta formativa da ESTF no ano letivo do concurso.
- 2 - As provas são válidas apenas para o ano em que se realizam.
- 3 - As provas não conferem qualquer equivalência a habilitações escolares.
- 4 - Os candidatos aprovados ficam sujeitos às regras para a candidatura à matrícula e inscrição fixadas pelo Decreto-Lei n.º 113/2014 e pelo Decreto-Lei n.º 63/2016.

Artigo 5.º

Publicitação

1 - O presente regulamento, as datas e prazos relacionados e os conteúdos programáticos sobre os quais incidem as provas são publicitados na Escola e no sítio da internet da ESTF.

2 - Os resultados finais e intermédios das provas, assim como as listas de ordenação dos candidatos, são afixados na ESTF e no seu site online.

Artigo 6.º

Prazos e procedimentos para inscrição nas provas

1 - Em cada ano letivo, a abertura do concurso será publicitada através da fixação de edital nas instalações da ESTF bem como no seu site online.

2 - O processo de inscrição para a realização das provas de ingresso específicas deverá ser apresentado nos Serviços Administrativos da ESTF, mediante a entrega da seguinte documentação:

- a) Boletim de inscrição devidamente preenchido;
- b) Um exemplar do currículo escolar e profissional;
- c) Certificado de habilitações.

3 - O estudante fica dispensado da realização da prova de ingresso específica desde que preencha cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Tenha obtido o Diploma de Técnico Superior Profissional na ESTF;
- b) Tenha obtido aprovação, no âmbito do curso técnico superior profissional, em unidades curriculares do domínio das disciplinas que integram a prova de ingresso específica, com o nível adequado para a progressão no ciclo de estudos de licenciatura.

4 - A inscrição nas provas está sujeita ao pagamento dos emolumentos fixados.

Artigo 7.º

Nomeação e composição do júri

1 - Para a realização das provas é nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESTF um júri com o perfil académico e científico adequado.

2 - O júri é composto no mínimo por 3 docentes.

Artigo 8.º

Funções do júri

- 1 - Elaborar e acompanhar a execução das provas;
- 2 - Classificar as provas.
- 3 - Tornar pública toda a informação relativa ao processo de avaliação.
- 4 - Tomar as medidas necessárias para resolver problemas não contemplados no presente regulamento.
- 5 - Propor alterações do regulamento ao presidente do Conselho Técnico-Científico da ESTF.

Artigo 9.º

Componentes e prazos de realização das provas de avaliação

- 1 - As provas de ingresso específicas para acesso aos cursos de licenciatura da ESTF no âmbito do presente regulamento são provas escritas, que podem ser acrescidas de provas orais, do tipo exame, em que os candidatos devem revelar os conhecimentos e aptidões correspondentes ao nível de ensino secundário, considerados indispensáveis ao ingresso no ciclo de estudos ao qual o estudante se pretende candidatar.
- 2 - Em cada ano, a data de realização das provas será publicitada através da fixação de edital nas instalações da ESTF bem como no seu site online.

Artigo 10.º

Avaliação de competências e conhecimentos científicos

- 1 - A avaliação de competências e conhecimentos científicos é feita através de uma prova escrita, que pode ser acrescida de prova oral.
- 2 - O candidato escolhe a prova de base em que pretende ser avaliado, tendo em conta a licenciatura à qual se pretende candidatar, optando pelas seguintes provas: Português,

História, Matemática A, Matemática B, Economia, Contabilidade, Informática. No ato de inscrição, o candidato declara a prova ou as provas em que escolhe ser avaliado.

3 - A estrutura das provas de ingresso específicas e dos seus referenciais, em anexo, constituem parte integrante deste Regulamento.

Artigo 11.º

Critérios de classificação da prova para avaliação de competências e conhecimentos científicos

1 - A avaliação é da responsabilidade do elemento do júri da área científica sobre a qual incidem os conteúdos da prova.

2 - À prova realizada pelo candidato é atribuído um valor da escala numérica inteira de 0 a 20.

3 - Os resultados das provas são tornados públicos até 7 dias úteis após a realização de todas as provas escritas.

Artigo 12.º

Provas

1 - Os candidatos cuja classificação da prova escrita para avaliação de competências e conhecimentos científicos for maior que 7,5 valores e menor que 9,5 podem realizar um exame oral complementar à prova.

2 - A prova oral será realizada por um mínimo de dois docentes, em que pelo menos um deles seja membro do júri.

3 - O resultado final da avaliação de competências e conhecimentos científicos do candidato resulta da nota do exame escrito ou da classificação final da prova oral.

Artigo 13.º

Critérios para aprovação

1 - Os candidatos são considerados aprovados se obtiverem classificação igual ou superior a 9,5 valores no exame escrito ou na prova oral.

Artigo 14.º

Seriação

1 - A seriação dos candidatos, por cada licenciatura, faz-se pela ordem decrescente da nota de candidatura, na escala de 0 a 200, calculada através da fórmula: $NC = NOP (70\%) + NHO (30\%)$; sendo que NC = nota de candidatura, NOP = nota obtida nas provas e NHO = nota da habilitação obtida.

2 - Para os candidatos titulares de diploma de técnico superior profissional dispensados de prova específica, a seriação, por cada licenciatura, faz-se pela ordem decrescente da nota de candidatura, na escala de 0 a 200, calculada através da fórmula $NC = NHO (70\%) + MOAC (30\%)$; sendo que NC = nota de candidatura, NHO = nota obtida na prova e MOAC = média obtida nas unidades curriculares pertencentes à área científica do curso a que se candidata.

Artigo 15.º

Publicitação de resultados finais

1 - A classificação final, bem como os resultados das provas, é publicada em edital.

2 - No edital dos resultados finais deve figurar a situação do candidato, que se exprime por Aprovado e Não aprovado.

3 - A não aprovação dos candidatos é fundamentada em edital.

Artigo 16.º

Reclamações e pedido de revisão de provas

1 - Os candidatos poderão apresentar reclamação ou pedido de revisão de provas devidamente fundamentados relativos às provas. Este pedido pode ser apresentado no prazo de 2 dias úteis após a publicitação dos resultados da avaliação.

2 - O júri deverá responder às reclamações ou pedidos de revisão de prova em 2 dias úteis.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 17.º

Dúvidas e casos omissos

1 - As dúvidas de interpretação e os casos omissos serão decididos pelo Júri nomeado para o efeito pelo Conselho Técnico-Científico, exceto no caso de se referirem ao âmbito de atuação do próprio júri, e que serão decididos pelo Conselho Técnico-Científico da ESTF.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento produz efeito a partir do dia seguinte ao da sua aprovação, sendo publicitado nos termos legais.

Aprovado pelo Conselho Técnico-científico a 14 de junho de 2018.

O Diretor da Escola Superior de Tecnologias de Fafe,

REGULAMENTO DOS CONCURSOS ESPECIAIS DE ACESSO E
INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR – TITULARES DE UM DIPLOMA
DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E TITULARES DE UM DIPLOMA
DE TÉCNICO SUPERIOR PROFISSIONAL

RG.19.2018



Bruno Miguel Pereira Torres

